



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROAD 13706/2024**

### **1 - Item identificador da demanda no PAC - Plano Anual de Contratações**

**Item:** 02026 - PAC COFJUR

**Objeto:** Locação de equipamentos para realização de tradução simultânea em atividade da EJUD12.

**Item Identificador da Demanda no SIGEO:** 151132024000214

### **2 - Unidade Demandante e Unidade Gestora de Orçamento**

**Unidade Demandante:** COFJUR / EJUD12

**Unidade Gestora de Orçamento:** COFJUR / EJUD12

### **3 - Justificativa e Fundamentação da Contratação**

Trata-se de locação de equipamentos que permitam o serviço de tradução simultânea no II Colóquio Internacional de Direito Comparado, no dia 29 de novembro, no período da tarde, na Sede do TRT12. O evento contará com a participação de professor francês, razão pela qual se faz necessária a tradução simultânea para que os participantes possam ouvir o conteúdo ministrado, de forma simultânea, na língua portuguesa, além de conseguirem se comunicar com o ministrante no momento das perguntas. A tradução deve acontecer tanto para os



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**

presentes no Auditório quanto aos que estarão de forma online, por meio de transmissão ao vivo pelo Zoom. Será feita ainda uma contratação interdependente de tradutor e a transmissão do evento será feita pela própria Escola Judicial.

Para que o serviço de tradução simultânea seja oferecido aos participantes, faz-se necessária a contratação de locação de equipamentos (cabine, fones, transmissores, receptores e outros) para instrumentalizar a prestação do serviço de tradução. Para a tradução simultânea da atividade, o intérprete trabalha de forma concomitante com o palestrante e, por isso, é necessário também estrutura de cabine de tradução (local onde o intérprete estará fazendo seu trabalho), da qual será transmitido o som aos ouvintes, que o escutarão por meio de fones de ouvidos individuais.

O evento tem o objetivo de apresentar as mudanças ocorridas no Direito Coletivo da França acerca da relação entre normas estabelecidas por meio de negociação coletiva e as normas legais. Esse tipo de atividade estimula as trocas de experiência provenientes do estudo do direito comparado.

### **4 - Descrição da Solução (Objeto)**

#### **Resumo do objeto:**

Locação de equipamentos que permitam a disponibilização de tradução simultânea no II Colóquio Internacional de Direito Comparado, no dia 29 de novembro de 2024, das 14h às 18h, de forma presencial na Sede do TRT12, com transmissão ao vivo através da plataforma Zoom.

#### **Especificação detalhada do objeto:**

##### **Sobre o evento:**

### **II COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITO COMPARADO**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

- **Público-alvo:** Magistradas e magistrados; servidoras e servidores, estagiárias e estagiários do TRT-12, demais TRTs/TST e público externo.
- **Período:** 29 de novembro de 2024
- **Horário:** das 14h às 18h
- **Vagas:** 85 no Auditório (presencial) e ilimitada para transmissão Ao Vivo.
- **Modalidade:** Híbrida (Presencial em Florianópolis/SC, com transmissão via Zoom e Youtube)
- **Local:**
  - Auditório do TRT-12 (com tradução simultânea) - presencial
  - Zoom (com tradução simultânea) - transmissão ao vivo
  - Youtube (sem tradução simultânea) - transmissão ao vivo

### **Programação:**

#### **14h – Abertura**

#### **14h30 – Tema 1046 na jurisprudência da SDC do TST**

Expositor: Ministro Augusto César Leite de Carvalho (TST)

#### **15h30 – A derrogação das normas legais por instrumentos normativos negociados: a experiência francesa**

Expositor: Lucas Bento de Carvalho - Professor da Faculté de Droit et de Science politique de Montpellier - Ecole de droit social de Montpellier (EDSM - EA 2996) e do Institut du travail de Bordeaux - Centre de droit comparé du travail et de la sécurité sociale (COMPTRASEC - UMR 514)

#### **17h - Debates com os expositores**

#### **18h – Encerramento**

### **Serviço a ser contratado:**

- **Equipamentos que permitam o serviço de tradução simultânea** de forma presencial e também para disponibilização em transmissão ao vivo pela plataforma Zoom (a transmissão será feita pela EJUD12), tais como



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**

cabine acústica, central de intérpretes, transmissor, 90 receptores e 90 fones higienizados, 2 headsets, luminária, operador técnico responsável pela montagem e supervisão do serviço para suporte, recepcionista e outros que se fizerem necessários para a devida realização da transmissão da tradução aos participantes presenciais e à distância.

- **Data:** 29 de novembro de 2024 (a instalação deve ser feita na véspera , no dia 28 de novembro de 2024, para testes e ajustes necessários)
- **Local da prestação do serviço:** Sede do TRT-12

**Alinhamento:** a contratada deve realizar contato prévio com a área demandante para fins de alinhamento / ambientação.

### **5 - Sustentabilidade**

Não se aplica.

### **6- Obrigações das partes**

#### **Listagem das obrigações da contratada (empresa) e do contratante (Tribunal)**

##### **Obrigações da contratada (empresa):**

Das obrigações gerais:

- proceder, no início da contratação, ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados;
- responsabilizar-se pela juntada, por meio do referido Sistema, dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas)
- observar e cumprir, estritamente, os termos da proposta e as condições ora estabelecidas, obedecendo a critérios e prazos acordados pelas exigências técnicas constantes da proposta;
- manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

- manter em dia a documentação até a liquidação e pagamento da nota fiscal.
- reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- obedecer, no que couber, aos princípios e normas de conduta estabelecidas no Código de Ética do Contratante;
- informar e manter atualizado endereço de e-mail válido, para comunicação oficial entre Contratante e Contratada;
- obedecer, no que couber, aos termos da Portaria Presi nº 340/2022, que regulamenta o procedimento para apuração de responsabilidade e eventual adoção de medidas decorrentes da violação de regras pertinentes aos processos de contratação ou descumprimento de obrigações contratuais. Acesso no link: [http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img\\_legis/2022/061011340.pdf](http://trtapl3.trt12.gov.br/cmdg/img_legis/2022/061011340.pdf)

Das obrigações específicas:

- Realizar contato de alinhamento / ambientação com a contratante, com o objetivo de conhecer a estrutura do Tribunal;
- Realizar o serviço contratado qualitativa e quantitativamente em conformidade com a proposta encaminhada;
- Realizar visita técnica prévia ao local da prestação do serviço, a fim de verificar as instalações;
- Instalar os equipamentos no dia anterior ao evento (28 de novembro de 2024), para testes e ajustes necessários, considerando que também será feita a transmissão do evento e da tradução simultânea;
- Disponibilizar um profissional durante a realização do evento, que saiba operar os aparelhos, para fazer a entrega e o recolhimento dos respectivos aparelhos aos participantes.

Das obrigações da Contratada em face da LGPD:

- para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18), na hipótese de, em razão do presente contrato, a Contratada realizar o tratamento de dados pessoais como operadora ou controladora, deverá adotar as medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger tais dados pessoais de acessos



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**

não autorizados ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando-se os padrões mínimos definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados em conformidade com o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade em vigor, sem prejuízo do disposto nas alíneas subsequentes;

- dar tratamento aos dados pessoais a que tiver acesso por força do contrato tão-somente na medida do cumprimento do escopo contratual, vedado o tratamento para quaisquer outros propósitos;
- não fornecer transferir ou disponibilizar dados pessoais a terceiros, a menos que com base em instruções explícitas, por escrito, do Contratante ou por ordem de autoridade judicial, sob a condição de que, nesse último caso, informando ao Contratante dentro de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem judicial, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo na investigação em que o tratamento sigiloso tenha sido expressamente exigido pela autoridade judicial, quando a Contratada estará dispensada da comunicação ao Contratante;
- não colocar o Contratante em situação de violação da LGPD;
- assegurar que seus empregados tenham ciência dos termos da LGPD e que estejam capacitados para agir dentro das normas nela dispostas;
- assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assinem termo de confidencialidade;
- responsabilizar-se pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais a que tiverem acesso pela execução contratual, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados;
- cessar o tratamento de dados pessoais realizado com base no Contrato imediatamente após o seu término e, a critério exclusivo do Contratante, apagar, destruir ou devolver os dados pessoais que tiver obtido;
- nos casos em que realizar o tratamento de dados pessoais confiados pelo Contratante, a Contratada será considerada "operadora" e deverá aderir à Política de Privacidade e Proteção de Dados do Contratante.

### **Obrigações do contratante (Tribunal):**

- acompanhar a execução do contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO**

- proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato;
- efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições ora estabelecidos;
- prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

Observação: Nos termos do inciso I, do art. 95 da Lei 14.133/2021, o termo de contrato não é obrigatório para o presente caso, e esta Equipe de Planejamento entende pela sua desnecessidade.

### **7 - Forma da contratação e critério de seleção do fornecedor**

#### **Indicação da forma de contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021:**

Sugere-se a contratação por dispensa de licitação.

No que se refere à forma de contratação, cabe citar o que dispõe o inciso II do artigo 75 da Lei 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

O critério de julgamento será o de menor preço, devendo os participantes se aterem às especificações do objeto que se encontra neste Termo de Referência, bem como no modelo de Orçamento.

Nos preços deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos.

No caso de pessoa jurídica, a contratação é exclusiva para ME e EPP, pois o



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

valor fica abaixo de R\$ 80.000,00 (“As contratações devem ser exclusivas para microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, por força da LC 123/2006”).

### **Justificativa para a não utilização do SDE:**

Indica a Equipe de Planejamento da Contratação que a presente contratação não seja realizada pelo SDE - Sistema de Dispensa Eletrônica pelos motivos a seguir expostos.

Trata-se de serviço de locação de equipamentos que permitam a disponibilização de tradução simultânea no II Colóquio Internacional de Direito Comparado, no dia 29 de novembro de 2024, das 14h às 18h, de forma presencial na Sede do TRT12, com transmissão ao vivo através da plataforma Zoom.

Ressaltamos a importância de celeridade na contratação tendo em vista a proximidade do evento. A realização da contratação por meio do SDE poderia comprometer a devida prestação do serviço em razão do prazo. Considerando a possibilidade de uma eventual primeira colocada não atender às solicitações da contratação, envio de documentos ou outras demandas, seria necessário uma nova chamada a segunda classificada, que teria novo prazo de envio de documentação, e assim por diante. Essa incerteza poderia comprometer a devida prestação do serviço em tempo hábil.

### **Documentação solicitada:**

- ✓ CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela CEF;
- ✓ Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- ✓ CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho;





## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### **7.a - Preenchimento do modelo de orçamento para a coleta de preços - Não utilização do SDE\***

**Indicação de aderência ao modelo de orçamento constante da página da Secad.**

Foi utilizado o modelo de orçamento constante da página da SECAD.

### **8 – Recursos orçamentários**

**Indicação dos recursos para a contratação e classificação orçamentária:**

Há previsão de disponibilidade orçamentária por parte da Unidade Gestora de Orçamento Escola Judicial / COFJUR para o custeio das despesas do presente objeto neste exercício. Informamos que a atividade consta no planejamento de capacitação desta Coordenadoria para o corrente ano.

**Programa de Trabalho:** Capacitação de Recursos Humanos 02.122.0033.4256.0042 - 0005

**Natureza da Despesa:** 33903912

### **9 - Informações complementares**

**Nome:** Soraya Oliveira de Assis  
**E-mail:** soraya.assis@trt12.jus.br  
**Ramal:** 5682

**Nome:** Michele Garziera  
**E-mail:** michele.garziera@trt12.jus.br  
**Telefone:** (48) 3216.42018



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### **10 - Providências para adequação do Tribunal**

Não há necessidade de adequação do ambiente do Tribunal. A atividade será realizada nas instalações já existentes no Tribunal.

### **11 - Contratações correlatas ou interdependentes.**

#### **Contratações correlatas ou interdependentes:**

Há contratações interdependentes. Uma delas é a própria realização do evento, que acontecerá por meio de instrutoria interna, com a participação do Ministro e por meio da participação de palestrante estrangeiro, ambos citados na programação no item 4. Ressalta-se que as despesas com pagamentos das instrutorias, diárias e passagens aéreas dos palestrantes será paga com verba descentralizada da ENAMAT.

A outra contratação interdependente será a de tradutor para executar a tradução simultânea. Esta contratação (compra direta) acontecerá em expediente próprio. A contratação de locação de equipamentos e a de tradução simultânea serão feitas pela Escola Judicial (COFJUR).

### **12 – Análise de Riscos**

A política adotada pelo Tribunal estabelece que riscos baixos e médios podem ser aceitos, ou seja, inferior a 15 (quinze). Da análise dos principais riscos identificados relativos à contratação, foram propostas ações preventivas (para reduzir a probabilidade) e de contingência (para reduzir o impacto), mesmo não tendo os riscos atingindo o patamar mínimo indicado (Grau 15), bem como foram indicados os responsáveis pelas ações.

### **13 – Gestão e Fiscalização**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

### **Atribuições dos membros da equipe de fiscalização:**

São atribuições do fiscal:

- verificar a conformidade da execução do contrato, nos termos acordados;
- efetuar a comunicação com a contratada, sempre que necessário;
- verificar a aderência às normas e obrigações pactuadas;
- determinar a regularização dos defeitos verificados;
- reportar ao gestor caso inexistas as diligências efetuadas junto à empresa;
- realizar o recebimento provisório.

São atribuições do gestor:

- gerir a execução do ajuste;
- acompanhar as ações de fiscalização;
- diligenciar junto à empresa nos casos em que lhe forem solicitados pelo fiscal;
- realizar o recebimento definitivo.

## **14 – Recebimento do objeto**

### **Indicação das condições para o recebimento do objeto:**

As condições para o recebimento estão estipuladas nas Listas de Verificação para o recebimento, e liquidação e pagamento do objeto anexas ao presente termo de referência:

1. Termo de Recebimento Provisório
2. Termo de Recebimento Definitivo
3. Atestado de Conformidade para Pagamento da Nota Fiscal

As listas seguem as orientações constantes da Portaria Presi 337/2022.

## **15 – Condições de pagamento**

### **Indicação das condições para o pagamento:**

A liquidação e o pagamento obedecerão o seguinte:

I - Os pagamentos serão realizados na forma do SIGEO JT - Sistema Integrado



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária.

a) para fins de liquidação e pagamento, é de exclusiva responsabilidade da Contratada o seu cadastramento no SIGEO, gestão de seus dados e a juntada por meio do referido Sistema dos documentos de cobrança/documentos fiscais (notas fiscais/faturas);

b) é de exclusiva responsabilidade da Contratada as ações indicadas na alínea anterior não cabendo ao Contratante quaisquer responsabilidades pela falta de juntada ao sistema no prazo;

c) eventuais dúvidas poderão ser dirimidas junto à Secretaria de Orçamento e Finanças por meio do email seof@trt12.jus.br ou telefone (48) 3216-4059.

d) a nota fiscal deverá ser juntada pela Contratada no sistema SIGEO-JT Execução Financeira e os documentos exigidos no edital e no contrato deverão ser encaminhados ao Núcleo de Análise e Liquidação da Despesa – NULAD;

e) o prazo para pagamento será de 10 (dez) dias úteis do Termo de Recebimento Definitivo. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência;

f) quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

g) havendo erro na(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s) ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será restituída ou será comunicada a irregularidade ao fornecedor, interrompendo-se o prazo para pagamento até que este providencie as medidas saneadoras.

h) cabe à Contratada proceder ao seu cadastramento no SIGEO-JT - Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho - Módulo Execução Orçamentária, bem como responsabilizar-se pela gestão de seus dados.

## 16 – Penalidades

**Indicação das penalidades a serem aplicadas em caso de inexecução parcial ou total:**

a. até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

- b. até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.
  - i. As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.
  - ii. As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art. 52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

### **Pela não manutenção da regularidade fiscal e trabalhista:**

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei.

**Data:** Florianópolis, 15 de outubro de 2024.